

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

SÔBRE A IDEOLOGIA DO CARÁTER NACIONAL: UMA REVISÃO.

ADALBERTO MARSON

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

I

Não é exclusivo dêste país, nem muito menos do atual ou anterior momento histórico a ênfatização de traços psicológicos e conjuntos de valores subjetivos para a fundamentação do processo histórico. Poderíamos até arriscar-nos a um prolongamento dessa afirmação, atribuindo a um grande número de pesquisadores e estudiosos da História a tendência para a explicação dos fatos históricos e das razões subjacentes à conformação de uma realidade social, através do caráter (modo-de-ser, comportamento e idiossincrasias) de um “povo” ou nação. Constituem tais estudos interpretativos da realidade concreta o campo da historiografia idealista, presa à concepção do espírito humano puro, e não raro concedem ao “caráter nacional” uma consistência ideológica. A expressão “ideologia do caráter nacional”, para uma aceção classificadora, é cabível, pois, embora seja difícil encontrar uma historiografia ou uma filosofia própria, identificada pelos mesmos propósitos, porque são muitas as formas e circunstâncias reveladas, existe um fio metodológico — se é que assim podemos denominar — enquadrando-os num esquema afim de pensamento e aproximando-os em certos pontos essenciais. Distingue tais estudos a recusa à explicação das organizações sociais, das ideologias mesmas, dos acontecimentos e de todos os níveis da realidade total, como categorias *históricamente* determinadas. Com efeito, a atribuição de um mesmo esquema de valores — quase sempre generalizações intuídas — para diferentes grupos sociais e em diferentes épocas históricas (o anacronismo), perpassa em todos os ensaios pretendentes à interpretação do “povo brasileiro”, desde as sínteses mais apressadas até as primorosamente elaboradas.

Não é nossa intenção, por ora, ingressar na senda espinhosa das polêmicas sutis e das críticas impressionistas que o assunto inevitã-

ve'mente suscita. Queremos tão só frisar um aspecto essencial do problema, de modo a criar um marco de partida par algumas considerações a respeito de recente estudo crítico e "reviscionista" — no sentido proposto por José Honório Rodrigues (1) — da referida ideologia na cultura brasileira, que é *O Caráter Nacional Brasileiro* (2) de Dante Moreira Leite. Originalmente uma tese de Doutorado apresentada à cadeira de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, defendida em 1954, o ensaio aparece inteiramente reescrito, ampliado nas análises, "de forma que é realmente um outro livro", como adverte o Autor no Prefácio. A julgar pelas informações contidas na presente 2a. edição, suas preocupações têm-se voltado sobretudo para os problemas da Psicologia Social, da Psicologia Diferencial e da Análise Literária, estando com várias obras publicadas sôbre tais matérias. O ensaio em questão situa-se em campo bem vasto, em que as especialidades mais importantes das Ciências Humanas se acham referidas e confluentes entre si pela utilização da perspectiva histórica.

À primeira vista, e tal como é sugerido nas contracapas do livro, trata-se de um estudo crítico das características psicológicas do brasileiro, como foram vistas nos momentos decisivos da cultura nacional e quais as implicações teóricas gerais e específicas em tôrno da "ideologia do caráter nacional". Aprofundada a leitura, porém, outro sentido nos é dado a concluir: trata-se, na realidade, do estudo de *certas* características psicológicas, aquelas derivadas, *grosso modo*, de uma exaltação otimista ("romântica") e de uma visão pessimista ("realista"), ambas eivadas de preconceitos. Numa e noutra, ou nos compêxos intermediários, estariam enquadrados os principais autores brasileiros. Portanto, diversamente ao que exprimimos em linhas acima, ideologia do caráter nacional não significa, nessa conotação, um problema metodológico fundamentalmente — isto é, uma concepção anti-histórica da realidade — e sim, um problema qualitativo — isto é, uma modalidade de interpretação.

II

Antes de qualquer discussão sôbre esta questão a que nos propomos retornar no final, preferimos fornecer um resumo do assunto. O trabalho apresenta-se dividido em duas partes distintas, conforme a orientação costumeira; a primeira, do 1º ao 6º capítulo, introdu-

(1). — José Honório Rodrigues, *Vida e História*, Editôra Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pág. 15-16.

(2). — Dante Moreira Leite, *O Caráter Nacional Brasileiro — História de Uma Ideologia*, Pioneira. São Paulo. 1969 (2a. edição).

zindo os pressupostos teóricos e metodológicos do problema; e a segunda, a parte prática, do 7º ao 12º capítulo, analisando o caso específico da cultura brasileira. Finaliza a obra uma recolocação das idéias principais, sob o título “Sumário e Conclusões”, após o que vem uma relação ordenada da Bibliografia. Notas de rodapé e quadros esquemáticos dos conceitos e idéias dos autores mais significativos enriquecem ainda a publicação.

Na primeira parte, o Autor expõe uma bri'hante introdução enfocando as raízes da ideologia do caráter nacional. Ocupa-se principalmente em mostrar como os comportamentos coletivos marcantes de certas épocas — por exemplo, o nacionalismo no século XIX — são produzidos por multiplicidade de fatores oriundos da interação recíproca de situações subjetivas (a perspectiva pessoal dos indivíduos) e de condicionamentos da realidade sócio-econômica. Ponto chave nessa abordagem inicial do problema é o relacionamento com outros fenômenos para'elos e componentes importantes da ideologia: o etnocentrismo (e seu prolongamento extremo, o racismo) e o nacionalismo. Significaram êstes na sua essência e origem a justificativa ideológica construída numa época (o século XIX) em que se consolidavam os Estados Nacionais, se coroava a política imperialista e se propagavam as doutrinas “científicas” da superioridade racial. Sômente conservaram autenticidade ao uso da razão, naquele período dominado pelas filosofias irraciona'istas, as correntes filosóficas, entre as quais e exponencialmente o marxismo, que justamente se prendiam às tradições raciona'istas clássicas.

No capítulo seguinte (cap. 2: “Sistematização do Conceito do Caráter Nacional e sua Crítica”), continua desenvolvendo a evolução do conceito, as críticas feitas à sua validade, a reformulação em outras bases e os pontos discutíveis dessas tentativas. Em primeiro destaque, os positivistas, que, reagindo contra o irraciona'ismo do romantismo alemão e geral, procuraram imprimir mais objetividade às análises de problemas humanos, sem entretanto conseguirem desvencilhar-se totalmente dos mitos arraigados das diferenças raciais e da explicação da história pelas características psicológicas nacionais. Avolumando-se no decorrer do século XIX as pesquisas no campo da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia Diferencial e da Genética, tornou-se possível a refutação progressiva da ideologia preconceituosa em certos aspectos básicos, tais como a crítica da Genética ao mito da transmissão de caracteres adquiridos na luta pela vida, e a valorização pela Antropo'ologia e a Sociologia da herança cultural numa organização social.

No século XX, as contribuições da Antropologia e da Psicaná'lise, aperfeiçoando os métodos de investigação e dilatando os níveis

de conhecimento da sociedade e do indivíduo, permitiram a “formulação de uma nova teoria do caráter nacional” (cap. 3) em que assume prioridade a influência das condições reais de existência. Mesmo assim, observa argutamente o A., nas teorias de antropólogos (como Ruth Benedict) e psicólogos (como Kardiner e o próprio Freud) é manifesto o conteúdo ideológico, fazendo na explicação das mudanças históricas, em virtude de terem concebido as características nacionais a partir dos padrões culturais, e não das condições concretas fundamentadoras das mudanças. Em última análise, utilizavam o esquema etnocêntrico (que supõe a diferença entre os povos) e admitiam, demais, que determinados regimes políticos são próprios de determinadas culturas (por exemplo, o nazismo seria próprio da cultura alemã e a democracia, da cultura americana). Destarte, o reconhecimento de diferenças culturais mal disfarçava a intenção de afirmar a diferença congênita entre povos. Depois da Segunda Guerra Mundial, persistiu entre antropólogos e psicólogos a atração pelos estudos do caráter nacional e, fato notável, interessantes e positivas análises foram realizadas nos Estados Unidos, Alemanha e Japão, aproveitando os elementos explicativos da Psicanálise. De qualquer forma, nenhum dos estudos, ainda que estribados em hipóteses e pesquisas obtidas em contacto direto com o meio social investigado, isso através de enquetes e dados estatísticos, foi suficiente para dar ao conceito de caráter nacional a credibilidade científica. Constatando-se a impossibilidade de generalizar uma mesma característica para categorias diversas, isso tanto no nível das relações sociais e das diferenças mentais dos indivíduos, quanto no âmbito das organizações políticas dos Estados, as novas teorias do caráter nacional, a despeito da renovação semântica, não passavam de um raciocínio forçado e uma construção deformadora. A essas alturas, propõe-se o Autor (cap. 5: “Caráter Nacional: Pressupostos e Preconceitos”) a apresentar objeções — suas e de outros especialistas — quanto à ideologia do caráter nacional, dirigindo-as para duas questões fundamentais: de um lado, a relação entre cultura e personalidade; e, de outro, a existência de culturas nacionais. Revela-se Dante Moreira Leite extremamente lúcido e convincente nas argumentações. Destruindo com exemplos em contrário as falsas e apressadas generalizações e apontando os rumos para uma teorização objetiva, destaca o *relativismo* que caracteriza os atributos da cultura e da personalidade e que deve orientar os pesquisadores na procura da objetividade em Ciências Humanas. Caso contrário, o seu campo de trabalho será sempre o domínio das “suposições ideológicas”, dos “discursos retóricos e vazios” ou das “complexas elaborações do óbvio”. Estudiosos quer conservadores ou progressistas, elaborando conscientemente ou não suas concepções, têm incorrido na mesma limitação metodológica consis-

tente na suposição de identidade entre fenômenos situados em níveis diferentes; em alguns casos, porque partiram de diferenças raciais para explicar diferenças entre indivíduos, entre grupos sociais e entre nações inteiras, ou porque, inversamente, tomaram como ponto de partida diferenças de classe para chegar a diferenças de raça; e noutros casos, porque supuseram diferenças entre países qual se constituíssem individualidades únicas, distintas psicologicamente. O constatar diferenças, de qualquer natureza, mensuradas ou observadas, nada representa de científico, pois nada explica; importa, mais que isso, atingir um nível objetivo de explicação extraída das *relações entre os fenômenos*, o que em muito dependerá dos pontos de referência adotados pelo analista.

“O estudo do caráter nacional mostra que é nesse campo — o estabelecimento de relações funcionais — que se notam as divergências e também as possibilidades de avanço científico” (pág. 126).

A discussão em torno da precariedade das teorias do caráter nacional é desenvolvida pelo Autor a implicações mais globalizadoras, questionando a complexa relação entre teoria e ideologia, na tentativa de construir um “método de análise das ideologias” (cap. 6). Evidentemente, nenhum cientista social atualmente pretende dar a palavra final sobre o critério ou o método que seja científico na epistemologia histórica e sociológica, e o próprio Autor, evitando esta pretensão, reconhece que quanto maior a proximidade com as manifestações ideológicas mais expostas ficam as próprias idéias do analista à “contaminação” (identificação) com o objeto de conhecimento. Sem desejar filiar-se, depois dessas conclusões, à teoria cética da escola relativista, que põe em dúvida a validade de se trabalhar em Ciências Humanas, e ao invés de insistir, por outro lado, numa solução definitiva, prefere desdobrar algumas perspectivas plausíveis para a superação dos empecilhos ideológicos que pesam na escolha e na elaboração dos fenômenos estudados, destacando em particular as teorias sociológicas de Marx, Weber, Mannheim e Goldman. Fugindo a uma incômoda posição doutrinária, o A. discute com discernimento as decorrências metodológicas, amparado na sua experiência pessoal no caso da cultura brasileira, a respeito do difícil problema da *escolha* dos ideótipos representativos e, em seguida, dos textos relevantes. Aqui, se a utilização do “método quantitativo”, fascínio constante do pesquisador em Ciências Humanas, traz a vantagem de um conhecimento mais objetivo e impessoal, revela-se, não obstante, insuficiente para uma análise profunda de conteúdo e impraticável quando o fenômeno analisado é complexo e específico. Re-

correndo a um problema bem nosso, para ilustrar, todos sabemos que a cultura brasileira até o primeiro quartel do século XX, mais ou menos, constituía um verniz recheado de citações e construções retóricas, onde citar equivalia a conhecer, e, sendo assim, qualquer estudo quantitativo de conteúdo que se restrinja à contagem de palavras e temas para daí ter um conhecimento qualitativo (significado dos conceitos) estará formando uma imagem seguramente falsa e crédula dessa cultura. O que não significa, em absoluto, excluir a possibilidade de certa quantificação, ou melhor, de utilização de categorias uniformes encontradas nos textos, no fito de enriquecer as comparações através da combinação com a análise intuitiva ou compreensiva. Referindo-se mais explicitamente aos propósitos da segunda parte do ensaio, diz o Autor que

“os traços psicológicos serão as categorias utilizadas; vale dizer, para cada autor serão anotadas e tabuladas as características indicadas no brasileiro. Ao mesmo tempo, far-se-á a análise intuitiva ou compreensiva de cada autor, de forma a salientar as influências que recebeu, bem como o nível de sua descrição. Em outros termos, procura-se o que é geral em todos os ideólogos — no caso, as características psicológicas atribuídas ao brasileiro — e, ao mesmo tempo, procura-se salientar a sua individualidade” (pág. 145).

Concluída a demonstração do conteúdo preconceituoso da ideologia do caráter nacional e sistematizada a metodologia para análise dos fenômenos ideológicos em geral, passa-se à tarefa de estudar criticamente as características psicológicas apontadas no brasileiro pelos ideólogos nacionais em etapas sucessivas. No plano traçado para a exposição, a distribuição dos capítulos e das obras obedeceu menos a limites cronológicos rigorosos do que a afinidades de pensamento e de posições, dentro de uma seqüência evolutiva bem flexível. O capítulo 7 (“Fase Colonial: a Descoberta da Terra e os Movimentos Nativistas”) engloba desde as primeiras manifestações literárias de cronistas, historiadores e viajantes até a produção artística da plêiade mineira no século XVIII. À parte algumas observações mais de acento curioso e anedótico, deparadas já na *Carta de Caminha*, e executando-se o nativismo poético do grupo mineiro, nada há que denote nos autores coloniais qualquer preocupação em teorizar o caráter da gente brasileira. Inaugurada a fase independente no século XIX, a cultura brasileira foi dominada pelo Romantismo (cap. 8: “Romantismo: a Independência e a Formação de uma Imagem Positiva do Brasil e dos Brasileiros”), movimento heterogêneo e contraditório, caracterizado pelo desequilíbrio, o nacionalismo, a valorização do in-

divíduo e a busca da originalidade. O conteúdo nacionalista do romantismo brasileiro transparece na literatura indianista de prosa e verso e, no que tinha de exaltação da terra e das virtudes dos brasileiros, preenchia importante papel político, a saber, criava uma visão correspondente à fase de luta pela autonomia política da antiga colônia. Os poucos românticos, que do nacionalismo compassivo evoluíram para uma visão crítica do sistema vigente, caso de Castro Alves e sua poesia abolicionista, permaneceram nos limites do emotivo.

A imagem falsa e otimista dos românticos predominou até por volta de 1870. A partir de então, por influência das idéias européias mas também como reflexo das transformações gerais do país, difundiram-se as vigorosas teorias do realismo cientificista (cap. 9: "Realismo e Pessimismo"). Pela primeira vez no Brasil, teorizava-se a respeito das características psicológicas brasileiras. O epígono da corrente pessimista e exacerbadamente crítico foi Sílvio Romero, que trazia fortes influências das teorias evolucionistas. Um protótipo do ideólogo de áreas periféricas, apenas se opunha ao romantismo, já que construía uma outra imagem do povo brasileiro, tão cheia de preconceitos quanto aquela apreçoada pelos românticos. Suas críticas ferinas às fantasias românticas e à sociedade escravista oligárquica, filtradas numa visão pessimista, vincaram fundamente a vida cultural brasileira na segunda metade do século XIX. Mais um revotado que um revolucionário, sem embargo, aceitou as teorias das diferenças raciais, recaindo num racismo todo especial mitigado pela idéia de miscigenação. Note-se, contudo, que as contradições existentes em Sílvio Romero devem ser entendidas em relação ao processo transitório da sociedade brasileira na época, e superá-las estava além das possibilidades teóricas dos ideólogos.

"Mas, bem observadas as coisas, a contradição é menos dêle que dos autores que seguia" (pág. 185).

A contundência da crítica realista não lastreou, como se percebe, um suficiente arcabouço teórico para impor sua concepção de "brasileiro", tanto é que perduraram as interpretações moldadas pela visão romântica e patriótica. Se bem que isoladamente, despontaram estas no início do século XX, reforçadas dessa vez pelo cunho reacionário e moralista, com o aparecimento do célebre *Porque Me Ufano do Meu País*, de Affonso Celso (cap. 10: "A Reação Ingênua e Patriótica"), a *bête noir* dos modernistas, cuja obra alcançou nada mais nada menos que 11 edições até 1936. Ora, é singular que a época de publicação do *Porque Me Ufano* — 1900 — quase coincida com a primeira tiragem de *Os Sertões* — 1902 —, indicando a dualidade em que se dividia a ideologia do caráter nacional. Marco exponencial

na história da cultura brasileira, limiar entre as teorias já gastas do evolucionismo e as análises socio'ógicas tomadas em contacto com a realidade social brasileira, Euclides deu nôvo sentido aos estudos literários e sociológicos no Brasil e preparou, como oportunamente assinalou o Autor no cap. 11 ("Grandeza e Misérias dos Sertões"), o caminho para o surgimento de inúmeras obras retratando com menos fantasia e mais veracidade o homem do sertão, inclusive no campo da ficção regionalista. Não obstante, Euclides não rompia decisivamente com os quadros mentais estereotipados das teorias preconceituosas (tidas por "científicas") e muitos resíduos de preconceito velado contra o negro podem ser lidos ao longo das páginas de *Os Sertões*. Em certo sentido, os mitos adquiriam mais força à medida que se pronunciava a dependência e o atraso do país em relação à civilização européia. Não sem razão, ressurgiram as explicações do atraso brasileiro devido à predominância de negros, índios e mestiços — as "raças inferiores". Dissimuladas até então, as teorias preconceituosas acabaram triunfando e mostrando-se abertamente nos estudos de Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Alfredo Ellis Jr., Afonso Arinos e Gustavo Barroso, êste último já pregando o fascismo. Artur Ramos também pode ser enquadrado nesse grupo (cap. 12: "As Raças e os Mitos"), mas, a rigor, diferencia-se pela sua concepção de "culturas" e não "raças" como os substratos formadores da nacionalidade; ocorre, entretanto, que distinguia inferioridade nas culturas primitivas e superioridade nas civilizadas. Já em Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, o Autor detém-se cuidadosamente para desmascarar a falsidade e a confusão de suas idéias, chamando a atenção, igualmente, para o grande prestígio desfrutado por tais "sociólogos" durante muito tempo, quiçá até hoje.

Acontecimento incomum, ainda nas duas primeiras décadas do século XX, surgiram alguns "prenúncios de libertação" (cap. 13), com Manuel Bonfim e Alberto Tôrres, autôres bem desvinculados das tendências predominantes. O primeiro, pouco citado e quase desconhecido, em meio a considerações apaixonadas e unilaterais — como a constância no antilusismo — adiantou-se ao clima racista da época, defendendo um programa nacionalista e vagas idéias socialistas. Quanto a Alberto Tôrres, pode-se hoje avaliar a importância de seus ensaios, nomeadamente *O Problema Nacional Brasileiro*, para a confecção dos programas reformistas sustentados pelos liberais posteriormente, nas décadas de 1920 e 1930, calcados na reorganização do país através de reformas políticas e eleitorais, teses esboçadas por Alberto Tôrres. Bem ou mal, merecem ambos uma referência especial por terem pensado a realidade brasileira em têrmos de condições históricas e econômicas superáveis e não de traços psicológicos inerentes. Tão despercebidos e excêntricos foram que não exerceram in-

fluência visível na geração dos anos 20, a tumultuada geração modernista. Aprofundada a análise da fermentação cultural do período, parecerá até estranho paradoxo um fato indicador do contrário, pois os modernistas, entusiasmadamente enleados na descoberta do “outro” Brasil, estiveram mais próximo e receberam plena adesão de autores como Paulo Prado, o autêntico ideólogo do caráter pessimista e melancólico do povo brasileiro (cap. 14: “Luxúria, Cobiça e Tristeza”). Como se explicaria, enfim, a presença de Paulo Prado num movimento impregnado de imagens otimistas e, de certa forma, picarescas do povo brasileiro? Mas o paradoxo é apenas aparente. Na prática, o movimento modernista era revolucionário na forma e não na inspiração, e não rompia com a tradição, antes repensava-a sob nova perspectiva, “brasileira”, digamos, livre das conotações europeias deturpadoras. Definições políticas nos literatos modernistas sobrevieram somente mais tarde, depois de 1930. Este fato, a ausência de uma rigorosa direção teórica, ainda que literária, parece responder à questão da participação do intelectual paulista no movimento de 1922. Publicado em 1928, *O Retrato do Brasil* significa, pelas suas estrutura e conclusões, a

“primeira interpretação rigorosamente psicológica de nossa história e de nosso caráter nacional” (pág. 262).

Por outro lado, desferindo violentas críticas à República oligárquica, mas admitindo os males brasileiros como provenientes de herança racial (características herdadas), Paulo Prado mostrava-se contraditório e indefinido quanto à forma de mudar a sociedade brasileira, propondo ora a solução da violência pela violência (guerra total), ora a alternativa de uma revolução, indecisões já reveladoras de um estado de espírito bem próximo da doutrina fascista.

Separando-se o conteúdo preconceituoso e “cientificista” e sobrelevando-as como ensaios de uma teorização sociológica, as manifestações surgidas nas três primeiras décadas do século XX parecem ter convergido na obra de Gilberto Freyre, cujas idéias mestras são examinadas no cap. 15, que recebeu o subtítulo sugestivo de “Em Busca do Tempo Perdido”. . . De fato, acentua o Autor com precisão a conotação classista, isto é, a visão patriarcal, nas concepções do sociólogo pernambucano, constatação enriquecida com sua localização histórica, dados biográficos, teorias e métodos aprendidos e aplicados. Aspecto interessante das observações é o paralelismo de Gilberto Freyre com Euclides da Cunha. Ambos notabilizados pela primeira obra publicada (*Casa Grande & Senzala* e *Os Sertões*) e singulares num estilo literário particular. Um e outro ambiciosos por ampliar o âmbito regional (Nordeste) e histórico de suas análises

para as demais regiões brasileiras. Preocupados os dois ensaístas com a recuperação de dois grupos desprezados e incompreendidos, o sertanejo em Euclides e o negro em Freyre. E, finalmente, um último traço de identificação: o distanciamento entre as justificativas teóricas e o conteúdo analisado. Enquanto Euclides partia de posições doutrinárias falsas (o evolucionismo) e descrevia situações reais (a vida do sertanejo), percebendo a inadequação, Gilberto Freyre vinha munido de teorias e conceitos atualizados, mas retratava a realidade deformadamente, na perspectiva da classe a que pertencia. Daí o sentido mais literário (cunho pessoal) do que científico de suas teses.

Tornavam-se cada vez mais próximas as fronteiras da análise sociológica objetiva. Nos anos agitados da década de 1930, período de rumos transitórios e multilíneares, outros pensadores renomados figuraram com realce. Assim foi o caso de Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo, analisados no cap. 16 (“Cordialidade e Aventura”). Reconhece Dante Moreira Leite no sociólogo e historiador consagrado de *Raízes do Brasil* (1936) a conservação, através de outros prismas e menos sectariamente que em autores já estudados, das características psicológicas, inclusive na sua colocação de modeladoras da realidade. Incide nessa posição metodológica ao fazer gravitar a história ocorrida no Brasil em torno da “cordialidade”. As contradições de Sérgio Buarque de Holanda seriam derivadas, em primeiro lugar, de uma situação de classe (daí a indistinção de “cordialidade” com “paternalismo” utilizado por Gilberto Freyre), que o faz supor a existência de um tratamento entre “iguais” nas relações sociais; e, em segundo lugar, da impossibilidade de generalizar observações relativas a fenômenos em transformação — o que, por sinal, era admitido pelo próprio historiador ao escrever seu famoso ensaio. Isso quer dizer que a obra de Sérgio Buarque de Holanda, válida em alguns aspectos e reconstruções históricas parciais, é falha na sua teoria global. O outro sociólogo, Fernando de Azevedo, situa-se na mesma problemática teórica de conciliação de uma tradição ideológica (o caráter nacional) e as análises sociológicas objetivas, comportando inúmeras contradições pela utilização de dados meramente intuitivos. Em suas obras, já se refletia a preocupação de comparar o desenvolvimento da sociedade brasileira com a evolução dos Estados Unidos, traço característico da ideologia do caráter nacional que alcançou sua plenitude em outro autor, Viana Moog, no livro *Bandeirantes e Pioneiros*.

Um filósofo da mesma geração, Cruz Costa, desempenhou notável importância para uma nova compreensão da cultura brasileira, mais exatamente da filosofia no Brasil (cap. 17: “Uma Filosofia Bra-

sileira”). Embora não enfocando especialmente a ideologia do caráter nacional, foi o primeiro pensador brasileiro a superá-la, na medida em que, sendo esta uma “explicação pessimista para a vida brasileira” (pág. 309), sustentou a natureza *pragmática* da cultura filosófica, argumentando que no decorrer de nossa história foi suplantada pelas idéias retóricas e formalistas, justamente por se tratarem estas de

“deformação das tendências mais constantes ou profundas” (pág. 307).

A hipótese de se poder pensar a realidade brasileira na perspectiva brasileira vinha fundar as bases de ruptura definitiva com as posições ideológicas. Evidentemente, seria muito difícil precisar rigorosamente o momento da “superação das ideologias” (cap. 18), num decurso longo de evolução em que um mesmo autor ora assume posições intermediárias (caso de Cruz Costa e Sérgio Buarque de Holanda), ora muda de opiniões (caso de Monteiro Lobato). Já em 1942, Caio Prado Jr. expunha uma interpretação revolucionadora da História do Brasil, na *Formação do Brasil Contemporâneo*. Expressões mais concretas da nova fase firmaram-se na década de 1950, verificando-se então o rompimento com o período ideológico através de vários trabalhos de sociólogos, historiadores e pensadores políticos. Para a explicação do surgimento de uma sociologia não-ideológica, o Autor aponta, em nível de hipótese, nas páginas finais do livro (“Sumário e Conclusões”), a mudança das “condições objetivas da vida econômica” (pág. 327), impondo a revisão do nacionalismo em função da situação econômica do país. A nova geração, formada no contacto direto com o impacto das transformações, buscou uma aproximação com as camadas mais pobres e as raças inferiorizadas, projetando-as no objetivo de seus trabalhos. Ficava, mais uma vez, demonstrado que a ideologia do caráter nacional não representa uma “autêntica tomada de consciência de um povo” (pág. 329); é mesmo um obstáculo para o pleno desenvolvimento de um povo livre ou de uma nação na História, e só atingido êste desenvolvimento é que os mitos e preconceitos perdem a primazia.

III

Tal é, em linhas gerais, o resumo dos principais problemas e resultados contidos em *O Caráter Nacional Brasileiro*. Inegavelmente, o Autor conseguiu aliar ao fascínio natural do assunto uma linguagem fluente e precisa, constituindo agradável leitura. Mesmo no coejo de idéias e problemas os mais complexos o estilo não perde em

simplicidade e comedimento. Uma qualidade literária, sem dúvida, que pode, entretanto, adquirir, no ângulo de uma crítica exigente, um valor suspeito, dada a excessiva preferência manifestada pela disposição algo didática (quase apostilar) das idéias, em detrimento de exposições mais exaustivas e capazes de revelar componentes enriquecedores da análise, que ficam postergados em reduções simplificadas. Por outro lado, estando em constante e severa vigilância sobre o que escreve e o que pretende, o Autor previne-se a cada passo de tôdas as possíveis refutações que se lhe possam fazer ao texto, de tal sorte que somente uma outra obra estaria à altura das refutações levantadas. Em semelhantes condições, agrava-se a dificuldade para a atitude crítica, do que podemos extrair um exemplo. Quer-nos parecer que o seu critério de análise das ideologias (objeto de estudo do cap. 6) se apresenta insuficiente metodologicamente pela não inserção histórica das modalidades de pensamento no processo social em curso. Contentou-se com esclarecer as correlações de compromisso direto (ou indireto) dos ideólogos no presente em que viviam, isto é, decifrando o teor e o significado ulterior das idéias e mecanismos de pensamento no que tinham de simples máscaras das posições políticas dos ideólogos ou mentalidade da classe a que pertenciam. Não queremos, absolutamente, dispensar a crítica das ideologias em função da realidade contemporânea dos ideólogos, nem ao menos desconsiderar as relevantes contribuições dadas por Dante Moreira Leite nessa parte. Entretanto, a certa altura das indagações, verificar se um ideólogo qualquer, Oliveira Vianna, por exemplo, foi “conservador” ou “progressista”, torna-se menos importante do que a explicação das condições objetivas — estruturas mentais, inclusive — possibilitadoras da produção e da difusão de suas idéias. Em outros termos, e seguindo um processo inverso, importa encontrar na obra produzida pelo ideólogo a realidade, por mais deformador que êle seja, pois uma problemática real levantada na simbologia dos conceitos e no confronto das afirmações, torna-se também, dialéticamente, uma *chave* explicativa de certos aspectos da realidade. Ora, tudo o que dissemos terá pouco efeito crítico, se transcrevermos um aviso antecipado do Autor, dito em outras palavras:

(...) “Procura-se, antes de mais nada, uma apresentação tão fiel quanto possível dessas ideologias, deixando-se em segundo plano, ou como material subsidiário, a sua vinculação social, isto é, sua relação com a realidade econômica e política do Brasil das várias épocas. Essa vinculação é apresentada como material subsidiário não porque seja pouco importante, mas por duas razões fundamentais: inicialmente, porque o primeiro passo para a compreensão e possível explicação de uma ideologia é a sua aná-

lise objetiva e tanto possível minuciosa; em segundo lugar, porque nem sempre foi possível estabelecer uma ligação significativa com a situação do determinado momento, isto é, nem sempre foi possível identificar integralmente a posição política do ieólogo” (pág. 128).

Mesmo assim, julgamos necessária a discussão de algumas teses e conclusões importantes, cientes do risco de apontar lacunas já situadas conscientemente fora das intenções do Autor. Primeiramente, discordamos de Dante Moreira Leite na explicação do nacionalismo e da literatura nacionalista, mais precisamente da historiografia nacionalista. Para êle, as manifestações nacionalistas nascem em épocas de crise de uma nação e, em certos casos, de uma classe social, como reflexo da procura de auto-afirmação e soerguimento após uma derrocada. Os exemplos europeus citados não nos parecem ter convencido dêste fato, mas não iremos recorrer a êles para demonstrar o contrário, ou seja, que o nacionalismo decorre também de um processo de afirmação, de épocas marcadas por euforia, progresso e ascensão, de uma classe social ou de uma nação. O exemplo do “nacionalismo paulista” esclarecerá melhor a questão por estar mais próximo de nós, e já por ter sido igualmente tratado no ensaio, em meio ao cap. 12 (“As Raças e os Mitos”). Assevera o A. que o revivescimento do bandeirismo, expressão do bairrismo paulista, foi como que uma resposta ao malôgro da Revolução de 1932; um mito, portanto, forjado com intenções políticas imediatas. Sendo assim, examinemos os fatos, que dão a entender fenômeno bem mais complexo. Os estudos básicos para a idealização do “espírito bandeirantino” foram iniciados em circunstâncias completamente opostas àquelas vigentes em 1932, já no começo da década de 1920, e mesmo antes, época, pois, de plena hegemonia política e social da sociedade oligárquica do café. Senão vejamos: a *História Geral das Bandeiras Paulistas*, de Taunay, fonte básica de referências, começou a ser publicada em 1903; Alfredo Ellis, analisado pelo Autor no referido capítulo 12, publicou *O Bandeirismo Paulista* em 1923 e *Raça de Gigantes* em 1926; *Paulística*, de Paulo Prado, é de 1925; isso para não citar outras obras menores. Fato mais convincente ainda, tôdas as obras do mito da “raça dos gigantes” — que Dante Moreira Leite supõe criado após 1932 — não poupam encômios a um líder expoente da República Velha, Washington Luís, em cujo govêrno estadual (1920-1924) houve uma promoção oficial dos estudos bandeirantinos, êle próprio, sintomaticamente, autor de pequena contribuição. Se a evidência dos fatos nos mostra uma correspondência cultural nos dois momentos, o anterior e o posterior a 1932, ressaltada a situação política específica, não seria indício de um fenômeno de continuidade no

processo social, de forma a sugerir a permanência de um sistema de dominação social e político, superficialmente alterado naquele espaço de tempo? Colocando-nos mais claros: levando em conta este *continuum* na estrutura mental da classe dominante paulista, a Revolução de 1932 e os fatos subsequentes, em vez de declínio ou derrota, não significariam resistência seguida de reacomodação, em que valores tradicionais estariam adequando-se a uma estrutura nova de poder?

Insistimos no rigorismo histórico para a apreciação das formas de pensamento. A caracterização de uma ideologia como produto de uma situação real deve ser precedida da caracterização precisa desta, sem o que a mediação resulta arbitrária e reprodutora dos dados criados pela própria ideologia. Em última instância, resulta que, no caso particular, fazer originar o auge do nacionalismo paulista como resposta a uma mudança (política, econômica e social) ocorrida após 1932, implica admitir esta mudança, isto é, uma alteração na estrutura de classes, o que não parece demonstrado pelo processo histórico (3).

Em segundo lugar, queremos retomar uma colocação proposta inicialmente, a respeito da orientação metodológica geral empregada nas análises de Dante Moreira Leite. Ideologia do caráter nacional toma no seu trabalho um sentido mais de *fase* que de *problema*. Daí a perspectiva linear e progressiva adotada para a estruturação interna da tese, atitude deliberadamente escolhida. Nessa perspectiva, afasta de seus objetivos o enquadramento histórico e agrupa os autores conforme afinidades intelectuais, recusando uma estreita divisão cronológica (vida ou datas de publicação). Isso acontece no cap. 12 onde Nina Rodrigues figura ao lado de Alfredo Ellis, e no cap. 13, em que Alberto Tôrres é estudado depois de Oliveira Vianna e Artur Ramos. A questão da periodização, porém, não é tão simples de resolver quanto pareça, assim como a tradicional seqüência cronológica não oferece apenas comodidade ao analista. Respeitar de certa forma as opções ideológicas da maneira com que são dadas pela realidade é parte fundamental de uma compreensão de totalidade e, além disso, propicia recursos inestimáveis para a explicação das idéias no relacionamento entre si, quando não para a ampliação do próprio conhecimento dos dados "acontecidos". Interessante é observar, a partir daí, a posição vacilante do Autor nos passos de suas investigações, quando emergem as implicações desse problema candente, mais precisamente, ao passar da teoria à prática. Assim, com abundância de argumentos, nega a ideologia do caráter nacional pelo fato de nela as

(3). — Vide, a propósito, o artigo de Boris Fausto, *A Revolução de 1930*, in *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, págs. 255-284.

estruturas sociais serem compreendidas a partir das características psicológicas, seja qual fôr a intenção ou coloração imposta pelo ideólogo. As últimas palavras do livro são bem enfáticas nesse modo de ver:

(...) “Não existe qualquer prova de que um povo tenha características psicológicas inexistentes em outro. Quando muito seria possível pensar em características mais importantes num grupo do que em outro, mas isso só poderia ser feito através de técnicas quantitativas e de distinção entre grupos regionais e de classe. Mas ainda que algum dia se chegue a êsse tipo de estudo, as características psicológicas não poderão ser entendidas como fonte de desenvolvimento histórico e social. Ao contrário, as condições da vida social é que determinam as características psicológicas, embora estas, depois, possam também influir na vida social. E ainda aqui será preciso distinguir: o passado atua no presente e pode ser uma fôrça determinante da ação, mas isso só ocorre quando fôrças do passado continuam no presente. Não existe a “misteriosa comunicação” do passado com o presente, a não ser que aquêle continui a atuar diretamente neste; ou, em outras palavras, quando se transforma a situação, o que continua a influir é apenas o que, na situação nova, restou da anterior” (págs. 328-329).

Já em outra passagem do livro, quando está imerso em considerações particulares sôbre autores brasileiros, pudemos surpreender uma interpretação sobejamente distante da referida acima, tanto que fomos estimulados a encarar a questão menos superficialmente, isto é, como não oriunda de simples lapso de linguagem. Eis como se apresenta:

“... analisada de um outro ponto de vista, a teoria de Cruz Costa pode ser interpretada no esquema da história romântica, isto é, no esquema que admite uma continuidade nas várias expressões da vida intelectual de um povo. Por isso também, sua teoria escapa ao que aqui se denomina a ideologia do caráter nacional, pois esta é sempre uma explicação pessimista para a vida brasileira (grifo nosso)” (págs. 308-309).

Diante disso, assaltou-nos imediatamente, uma dúvida quanto à maneira de explicar a cisão com a tradição ideológica, isso a partir de 1950, dúvida, por sinal, sentida em outras circunstâncias, mas só concretamente aflorada nessa parte final. Preliminarmente, esclarecemos ser um dado subentendido para a compreensão dessa fase de rompimento a influência das transformações na estrutura social e política do país. É necessário refletir no plano teórico. Pergunta-se em

que consistiu, teòricamente falando, a superaçãõ da ideologia do caráter nacional no Brasil, se foi uma reversãõ de métodos de investigaçãõ histórica e sociológica, ou se apenas uma mudançã de imagens distintas, por oposiçãõ, daquelas engendradas na “fase ideológica”. Exprimindo em tãrmos mais diretos, indaga-se dos motivos determinantes do Autor para localizar a superaçãõ do pensamento ideológico na dãcada de 50, se em virtude de uma “ruptura epistemológica” ou se em funçãõ de uma conscientizaçãõ política sãbre a realidade. Nas primeiras hipãteses configura-se uma manifestaçãõ cultural de alcance social profundo, e, por isso mesmo, sobreposta à percepçãõ dos indivídus; nas segundas, temos a projeçãõ de indivídus envolvidos diretamente num processo de confecçãõ de novas ideologias. Muito possivelmente, os nívéis da proposiçãõ formam componentes de uma única atitude, principalmente se o analista manteve associaçãõ imediata com o fenãmeno ideológico investigado, seja por afinidade ou convivãncia. Resta lembrar que em Dante Moreira Leite a análise de cunho objetivo e científico, muitas vãzes, cedeu passo a consideraçãõs ditadas por preferãncia, ao que nos parece. Em suma, simplificando o problema, ao projetar os autãres da dãcada de 50 como responsãveis pela superaçãõ teórica mencionada e ao consagrar a nova teoria como o modãlo de pensamento não-ideológico, não estaria o Autor refletindo sintomãticamente nos tãrmos do que poderia ser *uma outra* ideologia? (4).

E, como última observaçãõ, alguns reparos quanto à apreciaçãõ de Sérgio Buarque de Holanda, no cap. 16, naturalmente no tocante à controvertida tese da “cordialidade”. Julgamos, contudo, reparos de segunda plana no contexto geral, isto porque o próprio historiador de *Raízes do Brasil* já se ocupou à saciedade na demonstraçãõ do sentido textual do conceito de “cordial”, bem diverso do que é propalado comumente e reproduzido pelo Autor. E, depois, não soariam sempre deformadoras e precárias as tentativas de reduzir apressadamente as concepçãõs de um historiador cujo pendor se tem voltado freqüentemente sãbre matãrias de complexa contextura? Outras anotaçãõs isoladas, desta natureza, poderiam ser enumeradas no decorrer da leitura, das quais nos escusamos, por não parecer um procedimento adequãdo perante uma obra de síntese. Ambiciosas e corajosas, passando acima dos pormenores, é próprio das sínteses impor ao leitor, além de outros, um tipo especial de apreciaçãõ, aquãle da boa ou má impressãõ. Quanto a nós, não paire dũvida, ficamos com a primeira.

(4). — Recorde-se que a primeira ediçãõ, em forma de tese, de *O Carãter Nacional Brasileiro*, se deu em 1954.